

Primeira vistoria de 2026 no transporte escolar estadual é realizada pelo governo de RO

Para garantir a segurança no transporte escolar, o governo de Rondônia realiza vistoria nos ônibus escolares para o 1º semestre de 2026. A iniciativa, executada pelo Departamento Estadual de Trânsito (Detran-RO) em todo estado, segue até 15 de fevereiro, nas Circunscrições Regionais de Trânsito (Ciretrans) e Postos Avançados, em conformidade com os artigos 136 a 139 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB).

Página 08



»»» Senado vai avaliar quebra temporária de patente do Mounjaro Página 04

A Gazeta de Rondônia

agazetaderondonia.com.br



Aponte a câmera do seu celular e accese todo conteúdo na edição online

Ano XXXIII - Nº 4964 - Rondônia, fim de semana, 07, 08 e 09 de Fevereiro de 2026

DIRETOR PRESIDENTE

José Erisvaldo dos Santos Sousa

Rondônia R\$ 1,50 - outros estados R\$ 3,00

Governo de RO reforça vacinação contra gripe durante período de maior circulação viral no estado

»»» No inverno amazônico, o governo de Rondônia intensifica a vacinação contra a gripe nos 52 municípios Página 03

2

Cirone Deiró diz que acredita no trabalho como forma de crescer na vida



Foto: Divulgação

5

Senadores querem endurecer punição para maus-tratos a animais



Foto: Divulgação

Versão Digital
agazetaderondonia.com.br

Cirone Deiró diz que acredita no trabalho como forma de crescer na vida

O deputado estadual Cirone Deiró (União Brasil) disse que desde o início de sua caminhada na Assembleia Legislativa, em 2019, escolheu o setor produtivo, como uma das prioridades de seu mandato. "Acredito nas pessoas que buscam o trabalho como forma de crescer na vida", afirmou o parlamentar, durante entrevista concedida ao apresentador Jarmenio Campos, no programa Hora do Povo, transmitido pela Rede Super, nesta quarta-feira (04).

Cirone fez a afirmação sobre a importância da agricultura e da pecuária, ao responder pergunta feita pelo apresentador, em relação a viabilização de recursos para a aquisição de maquinário e implementos agrícolas, para as associações de produtores. "É uma satisfação para nós, chegar nas propriedades, ouvir as prestações de

contas dos equipamentos já entregues e as declarações dos produtores, sobre os benefícios proporcionados", disse o deputado, acrescentando que "o fortalecimento das associações representa aumento de renda para as famílias que trabalham na agricultura familiar, resultando em melhorias como a aquisição de bens e a continuidade dos estudos dos filhos".

A construção da nova rodoviária de Cacoal foi outro assunto abordado. Os investimentos necessários para o desenvolvimento do projeto, aproximadamente R\$ 7 milhões, foram assegurados pelo deputado, com o apoio do governador, coronel Marcos Rocha. "Estive acompanhando a obra durante essa semana e presenciei várias frentes de serviço no local", disse Cirone. Segundo ele, em breve a população do



município e os usuários em geral vão poder contar com uma rodoviária bonita e aconchegante.

O apoio contínuo do deputado ao Centro de Reabilitação Neurológica Infantil de Cacoal (Cernic) também foi destaque, durante a entrevista. A entidade foi contemplada com mais três salas de aula, dois banheiros e novos aparelhos de ar-condicionado,

nado, com recursos assegurados pelo parlamentar. "O Cernic é uma entidade que desempenha um papel de grande importância em nosso município e nós estamos sempre prontos a apoiar esse trabalho", disse Cirone.

Durante a entrevista, o deputado prestou informações sobre outras ações desenvolvidas em Cacoal, inclusive nas áreas de infraes-

trutura, educação, esporte e lazer. "Estamos trabalhando em parceria com o governador, coronel Marcos Rocha, com o prefeito Adailton Fúria e com o vice Tony Pablo, para atender as necessidades do nosso município", disse.

Texto: Eli Batista |
Jornalista
Foto: Assessoria
Parlamentar

Deputado Alex Redano anuncia R\$ 9 milhões em emendas para Monte Negro



O município de Monte Negro será contemplado com um importante pacote de investimentos no valor total de R\$ 9 milhões, anunciados pelo deputado estadual Alex Redano (Republicanos), presidente da Assembleia Legislativa de Rondônia.

Do total anunciado, R\$ 3 milhões serão aplicados na área da saúde, com o objetivo de melhorar o atendimento à população, reforçar a estrutura das unidades de saúde e ampliar a qualidade dos serviços prestados. Outros R\$ 3 milhões serão destinados à educação, con-

tribuindo para melhorias na infraestrutura escolar, aquisição de equipamentos e fortalecimento das ações educacionais. Já os R\$ 3 milhões restantes serão investidos na recuperação de estradas e linhas vicinais, essenciais para o escoamento da produção agrícola, o

transporte escolar e o acesso das comunidades rurais aos serviços básicos.

O anúncio das emendas aconteceu durante a entrega do Centro de Especializações Inclusivas (CEI) e contou com a presença do prefeito Ivaí Fernandes, vereadores, pais de alunos e servidores do município, que acompanharam o ato e destacaram a importância dos investimentos para o fortalecimento dos serviços públicos e da inclusão em Monte Negro.

Durante o evento, o deputado Alex Redano ressaltou que os investimentos refletem o compromisso do seu mandato com o desenvolvimento dos municípios e com a melhoria da qualidade de vida da população.

"Estamos garantindo um total de R\$ 9 milhões em investimentos para Monte

Negro, contemplando áreas essenciais como saúde, educação e infraestrutura. Esses recursos vão fortalecer os serviços públicos, apoiar quem vive na cidade e no campo e promover desenvolvimento de forma equilibrada. Nossa trabalho é ouvir as demandas locais e transformá-las em ações concretas", afirmou o parlamentar.

Alex Redano destacou ainda que os recursos são fruto do diálogo com lideranças locais e da parceria com a administração municipal,

reafirmando o compromisso de continuar trabalhando para levar mais investimentos e melhorias ao município de Monte Negro.

Texto: Mateus Andrade |
Jornalista
Foto: Rafael Oliveira |
Secom ALE/RO

Governo de RO reforça vacinação contra gripe durante período de maior circulação viral no estado

Rondônia aplicou 87.159 doses da vacina contra a influenza, de novembro de 2025 a fevereiro de 2026. Até o final de fevereiro, o governo de Rondônia intensifica o chamado à vacinação devido ao período sazonal da gripe na Região Norte, com atendimento garantido nos 52 municípios, principalmente nas Unidades Básicas de Saúde (UBSs).

A intensificação da campanha tem como objetivo ampliar a cobertura vacinal e reduzir complicações, internações e óbitos causados pela influenza, sobretudo entre os públicos mais vulneráveis. A estratégia segue o cronograma definido para a Região Norte e é articulada entre a Agência Estadual de Vigilância em Saúde de Rondônia (Agevisa/RO) e os municípios.

O governador de Rondônia, Marcos Rocha, ressaltou que o fortalecimento da vacinação é essencial neste período. "Estamos intensificando as ações justamente no momento de maior circulação do vírus da gripe. Garantir vacina disponível em todo o estado é uma forma concreta de proteger a população."



PERÍODO SAZONAL

A gerente técnica de Vigilância Epidemiológica da Agevisa/RO, Luma Akemi de Azevedo Kubota, explicou que o período sazonal exige atenção redobrada. "A vacinação realizada no tempo opportuno é fundamental para que o organismo desenvolva proteção antes do pico de circulação do vírus. Por isso, orientamos que os grupos prioritários

procurem as salas de vacinação o quanto antes."

Segundo o diretor-geral da Agevisa/RO, Gilvander Gregorio de Lima, o trabalho integrado fortalece a resposta em saúde pública. "A Agevisa atua junto aos municípios no monitoramento da cobertura vacinal e no apoio técnico às equipes locais. Esse esforço conjunto é essencial para ampliar a proteção da

população e minimizar os impactos da influenza durante o período sazonal", pontuou.

CAMPANHA

A campanha de vacinação contra a influenza na Região Norte iniciou em 3 de novembro de 2025 e segue até 28 de fevereiro de 2026. Em Rondônia, o público-alvo estimado é de 368.867 pessoas, incluindo crianças de 6 meses a meno-

res de 6 anos, gestantes, idosos com 60 anos ou mais, puérperas, povos indígenas e pessoas com comorbidades. A vacinação ocorre simultaneamente nos municípios, com apoio das secretarias municipais de saúde, atenção primária e vigilância em saúde.

Texto: Aurimar Lima
Fotos: Esio Mendes
Secom - Governo de Rondônia

EXPEDIENTE

DIRETOR PRESIDENTE
José Erisvaldo dos Santos Sousa
(69) 98504-7977

ADMINISTRATIVO
Said Neves Dourado
(69) 3311-3714

DIAGRAMAÇÃO
Valdinei Rodrigues Carvalho

DEPARTAMENTO COMERCIAL
(69) 3311-3714 - Dulce Salvador

A Gazeta de Rondônia Edição de Jornal EIRELI - Publicações Diárias
CNPJ: 14.515.552/0001-47 - Código ISSN: 2237-9878
Inscrição Estadual: 00000003993213

SEDE
Av. Castelo Branco, 20820 Sala 1 - Bairro Novo Horizonte - Cacoal - Rondônia (Região Central do Estado) - CEP: 76.962-000 - Fone Geral: (69) 3311-3714

SUCURSAL PORTO VELHO
Rua Açaí, 5262 - Eldorado - CEP: 76.806-104 - Contato: 99234-8650

Mídia Distribuidora de Jornais - ME
BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL
E. SIBS. Quadra 02. Conj. B Lote 10

E-mail para matérias informativas:
agazetaderondonia@gmail.com

E-mail para publicações oficiais,
editais, licenças ambientais e outros:
editalagazeta@gmail.com

Portal de Notícias
agazetaderondoniadigital.com.br



Filiado a:

AJD-RO
Associação dos Jornais
Diários Impressos do
Estado de Rondônia

Senado vai avaliar quebra temporária de patente do Mounjaro

O Senado vai analisar um projeto de lei que propõe o licenciamento compulsório (suspensão temporária de patentes por interesse público) do medicamento tirzepatida, conhecido comercialmente como Mounjaro.

A proposta (PL 160/2026), apresentada pela senadora Dra. Eudócia (PL-AL), também prevê a produção do remédio no Brasil e a ampliação do acesso ao tratamento da obesidade pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

O texto estabelece que poderá ser concedida licença compulsória do remédio, de forma temporária e não exclusiva, conforme o artigo 71 da Lei de Propriedade Industrial. Na prática, isso permitirá que o poder público ou empresas autorizadas produzam o medicamento no país, desde que cumpram as normas sanitárias e regulatórias.

De acordo com a proposta, a licença compulsória poderá ser adotada quando houver comprovação de insuficiência de oferta do medicamento, preços elevados e impacto relevante na saúde pública. A decisão dependeria de análise téc-

nica da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Na justificativa do projeto, Dra. Eudócia cita casos em que o Brasil já adotou esse tipo de licenciamento para facilitar o acesso da população a medicamentos.

Em 2007, o governo federal concedeu uma licença compulsória para o remédio para HIV/Aids Efavirenz, após tentar, sem sucesso, reduzir o preço junto à fabricante. "Com isso, instituiu-se a produção nacional pelo setor público e a aquisição por preços significativamente menores", relata a autora.

O mecanismo também foi permitido na pandemia do coronavírus. Em 2021, o Congresso aprovou autorização para o governo brasileiro decretar licença compulsória temporária de patente de vacinas, testes de diagnóstico e medicamentos para o enfrentamento da covid-19, lembra a senadora.

Obesidade

O projeto também reconhece a obesidade como um grave problema de saúde pública no Brasil e determina que o Estado crie políticas eficazes de prevenção e tratamento. O texto prevê ainda que



o SUS garanta acesso integral e equitativo ao tratamento medicamentoso para pacientes que atendam aos critérios clínicos, com acompanhamento por equipes multiprofissionais.

A senadora afirma que a obesidade tem crescido de forma contínua no Brasil e já atinge cerca de um terço da população adulta. Dados citados indicam prevalência superior a 24% em 2023, com projeções de chegar a cerca de 30% até 2030.

O texto também aponta que o excesso de peso afeta mais da metade da população adulta — estimativas chegam a cerca de 60% — e está associado ao aumento de doenças como diabetes, hipertensão, problemas cardiovasculares e alguns tipos de câncer. "São razões legítimas que justificam a necessidade de intervenção pública imediata", conclui a senadora.

Sobre o medicamento
O Mounjaro (tirzepatida)

é um medicamento injetável aprovado recentemente pela Anvisa para o tratamento de diabetes tipo 2 e obesidade. Ele auxilia no controle glicêmico e na perda de peso em pacientes.

Tramitação

O projeto ainda será analisado pelas comissões temáticas do Senado antes de seguir para votação em Plenário. Caso aprovado, também precisará passar pela Câmara dos Deputados.

Fonte: Agência Senado

SUS inicia transição de insulina humana para a de ação prolongada

O Ministério da Saúde informou ter iniciado o processo de transição do uso da insulina humana (NPH) para a insulina análoga de ação prolongada, a glarginha, no Sistema Único de Saúde (SUS).

O projeto-piloto será realizado, inicialmente, no Amapá, no Paraná, na Paraíba e no Distrito Federal, contemplando crianças e adolescentes de até 17 anos que vivem com diabetes tipo 1, além de idosos com 80 anos ou mais diagnosticados com diabetes tipo 1 ou 2.

A estimativa é que mais

de 50 mil pessoas sejam contempladas nessa primeira fase do projeto.

Em nota, a pasta classificou a iniciativa como "avanço histórico" no cuidado de pessoas que vivem com diabetes no Brasil. "É um medicamento mais moderno, de ação prolongada, que facilita a rotina dos pacientes".

Entenda

A glarginha é uma insulina de ação prolongada, de até 24 horas, o que facilita a manutenção dos níveis de glicose. O medicamento requer ainda uma única aplicação no dia.

A transição da insulina humana para a de ação prolongada, segundo o ministério, será feita de forma gradual, a partir da avaliação de cada paciente.

Nos quatro estados selecionados, a pasta já promove treinamentos no intuito de auxiliar profissionais de saúde da atenção primária. Após os primeiros meses, será feita uma avaliação dos resultados para construção de um cronograma de expansão para os demais estados do país.

"O tratamento com insulina glarginha pode custar até

R\$ 250, para dois meses, na rede privada. A ampliação da sua oferta no SUS está alinhada às melhores práticas internacionais", ressaltou a pasta.

Parceria

A expansão do uso da insulina glarginha no SUS, de acordo com o ministério, é resultado de parceria para o desenvolvimento produtivo (PDP) envolvendo o laboratório Bio-Manguinhos, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), com a empresa brasileira de biotecnologia Biomim e a chinesa Gan & Lee.

A iniciativa prevê a transferência da tecnologia para o Brasil. Em 2025, por meio da parceria, foram entregues mais de 6 milhões de unidades do medicamento, com investimento de R\$ 131 milhões. A previsão é chegar ao fim de 2026 com capacidade de produção de até 36 milhões de tubetes para abastecimento do SUS.

"A autonomia na produção de insulina é fundamental diante de cenário de escassez global deste insumo", destacou a pasta.

Fonte: Agência Brasil

Senadores querem endurecer punição para maus-tratos a animais

Os crescentes registros de casos de maus-tratos a cães e gatos no país mobilizam o Senado a inserir nas pautas prioritárias os projetos de lei de proteção aos animais. O ano começou com os senadores apresentando novas propostas e a promessa, pelo presidente da Casa, senador Davi Alcolumbre, de dar mais celeridade às matérias referentes ao tema.

Casos de brutalidade como enforcamento, uso de armas, mutilação ou espancamento, a exemplo do que aconteceu com o cão Ore-Ilha, um cachorro comunitário que foi torturado na Praia Brava, em Florianópolis, têm sido recorrentes. Há ainda uma escalada na exibição de maus-tratos na internet por grupos de ódio que incitam à tortura de pets. Não por acaso, os números se refletem em novos processos judiciais.

Levantamento do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aponta uma alavancagem significativa no número de ações na Justiça envolvendo maus-tratos a animais, baseados na Lei dos Crimes Ambientais. Foram 4.919 processos judicializados em 2025, contra 4.057 em 2024, um aumento de aproximadamente 21%. Na comparação do ano passado com 2020, o crescimento é ainda mais assustador ao atingir o diferencial de 1.900%.

Veterinário, o senador Wellington Fagundes (PL-MT) defende alteração na Lei de Crimes Ambientais para conter o crescente aumento dos casos de maus-tratos.

Embora essa norma já tipifique o crime de maus-tratos, as penas atualmente previstas ainda são consideradas brandas, o que muitas vezes não gera efeito dissuasório suficiente para impedir novas práticas de violência.

Nesse contexto, o aumento das penas, com sanções mais severas, possibilidade real de prisão e agravantes em casos de reincidência ou crueldade extrema, torna-se uma medida necessária para dar maior efetividade à lei — disse Wellington.

O senador é autor do PL 2.950/2019, que institui a Política de Acolhimento e Manejo de Animais Resgatados (Amar). O projeto que está atualmente em deliberação no Senado é o substitutivo aprovado pela Câmara dos Deputados, que tornou o texto ainda mais abrangente. O senador propõe a consolidação das diversas propostas em análise na Casa a partir de inserções ao texto que deverá ser analisado no Plenário.

— A estratégia agora não é apresentar um novo projeto ou um levantamento isolado, mas trabalhar dentro do próprio 'PL do Amar', por meio de emenda de plenário, para alterar a Lei de Crimes Ambientais no que diz respeito aos maus-tratos. O projeto Amar é considerado um instrumento adequado para isso porque já trata de temas correlatos, como abandono, maus-tratos, resgate de animais em desastres, catástrofes e eventos climáticos extremos, além de estabelecer diretrizes claras para acolhimento e manejo.

Novas propostas

No Senado, várias propostas relacionadas ao tema foram protocoladas neste ano, totalizando mais de 20 em andamento. Somente a senadora Soraya Thronicke (Podemos-MS) apresentou quatro. Entre elas, o PL 147/2026 que institui o Sistema Nacional de Prevenção e Detecção de Maus-Tratos a Animais (SINPDM), no âmbito do Poder Executivo federal, com a finalidade de apoiar a identificação, a pre-



venção e a repressão de condutas contra os bichos.

A proposição também altera a Lei 14.064, de 2020, conhecida como Lei Sansão, para determinar que adolescentes envolvidos na morte de animais sejam encaminhados obrigatoriamente à avaliação psicológica especializada e os pais ou responsáveis legais para programas de orientação e educação sobre bem-estar animal e prevenção da violência.

“Outro eixo central da proposta é o fortalecimento da abordagem psicossocial, reconhecendo que a violência contra animais pode ser indicativa de padrões comportamentais preocupantes. A obrigatoriedade de avaliação psicológica e de programas de reeducação, especialmente no âmbito das medidas socioeducativas, contribui para a interrupção de ciclos de violência e para a promoção de uma cultura de respeito à vida”, expôs a senadora na justificativa do projeto.

O senador Bruno Bonetti (PL-RJ) protocolou o PL 172/2026, que cria um cadastro nacional de pes-

soas responsabilizadas por maus-tratos contra animais. A intenção é reduzir a reincidência e ampliar a responsabilidade de quem cria, comercializa ou adota animais.

— A sensação de impunidade e impotência perante a violência, que infelizmente se faz presente em tantos cenários do Brasil, não pode prevalecer. Quando a punição não é forte o suficiente para dissuadir a reincidência do crime, a Justiça fracassa.

Essa proposta é um chamado para transformar a indignação em políticas públicas estruturadas, promovendo uma cultura de respeito, responsabilização e cuidado pelos seres que não podem falar por si mesmos — disse o senador em pronunciamento no Plenário.

Já o senador Humberto Costa (PT-PE) pretende pedir urgência ao PL 4.363/2025, de sua autoria. O projeto também propõe a majoração de penas para maus-tratos.

Líder do governo no Congresso, o senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) aguarda aprovação pela Câmara de três de seus projetos sobre

o tema, que já foram deliberados no Senado: PLS 470/2018, que aumenta a pena para maus-tratos e cria punição financeira para lojas que colaboram com práticas contra os animais; PL 6.205/2019, que cria o Dia Nacional da Castração de Animais, para incentivar a redução da superpopulação de cães e gatos e PL 5/2022, que proíbe a fabricação e o uso de fogos de artifício de estampido ou de qualquer outro artefato pirotécnico que produza estampidos.

Proibição

Na quarta-feira (4), a Comissão de Direitos Humanos (CDH) aprovou o PL 1.146/2023, que proíbe o uso, compra, comercialização, importação e fabricação de coleiras de choque elétrico e enforcadoras com pontas voltadas para animais. A matéria, de autoria do senador Marcelo Castro (MDB-PI), recebeu parecer favorável com emendas do senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) e agora segue para decisão final na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Fonte: Agência Senado



**ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL
DE COLORADO DO OESTE**

AVISO DE SUSPENSO PREGÃO ELETRÔNICO 01/2026
O Município de Colorado do Oeste-RO torna público a SUSPENSO do Pregão Eletrônico nº 01/2026, em virtude de retificação no edital. Maiores informações, através do webmail: cplm@coloradodoeste.ro.gov.br. Telefones (69) 99362-2803 e (69) 3341-3421.

Colorado do Oeste RO, 06 de fevereiro de 2026.

Eliene Medeiros Felix da Cruz
Pregoeira

CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL

O Ministério Público do Estado de Rondônia, através da Escola Superior do Ministério Público – EMPRO localizada na Rua José Camacho, nº 1112, Bairro Olaria, CEP: 76.801-312, inscrita no CNPJ sob o nº: 04.381.083/0001-67, torna público que recebeu em 05/02/2026 junto à Secretaria Municipal de Meio Ambiente da Prefeitura municipal de Porto Velho (SEMA), a Licença Ambiental de Operação Nº 016.00010.006/2026-SUL da Escola Superior do Ministério Público – EMPRO, para as atividades de: 84116/00 – Administração Pública em geral. A licença tem vencimento em 13/01/2030, conforme processo SEMA nº: SUL.0000016475/2023-E



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
PIMENTA BUENO-RO**

**AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA
ELETRÔNICA Nº 04/2026**

A Prefeitura Municipal de Pimenta Bueno/RO, inscrita no CNPJ sob o nº 04.092.680/0001-71, localizada na Av. Castelo Branco, nº. 1046 Centro - Pimenta Bueno RO CEP 76.970-000, torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação, na modalidade Concorrência, no Regime de Empreitada por Preço Global, a se processar de forma eletrônica, do tipo menor preço modo de disputa Aberto/Fechado, nos termos da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e será conduzida pelo Agente de Contratação designado, e ainda as exigências estabelecidas neste edital.

DATA DA ABERTURA DA SESSÃO: 03/03/2026 ÀS 10:00H

VALOR ESTIMADO: R\$ 787.747,14 (setecentos e oitenta e sete mil e setecentos e quarenta e sete reais e quatorze centavos)

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a execução da de uma obra de drenagem pluvial na Rua Monteiro Lobato, visando a substituição de uma vala a céu aberto existente por uma estrutura BDTC com diâmetro de 1,50 metros.

INFORMAÇÕES PELO E-MAIL: pregão.pb@pimentabueno.ro.gov.br.

O edital e seus anexos estão à disposição dos interessados no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP) (www.pnnp.gov.br/), no Portal da Transparéncia desta Prefeitura (www.pimentabueno.ro.gov.br), e na Plataforma LICITANET licitações online (www.litanet.com.br).

Pimenta Bueno/RO, 06 de fevereiro de 2026.

Juliana Soares Lopes

Agente de Contratação/Pregoeiro
Portaria 676/2025 de 17/11/2025



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
PRIMAVERA DE RONDÔNIA
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E**

HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ELETRÔNICO.

O Prefeito Municipal, Lucas Nunes da Silva, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente Lei Federal nº 14.133/2021, à vista do parecer conclusivo exarado pela Auditora (ID 24068), resolve: ADJUDICAR E HOMOLOGAR: Dispensa Eletrônica nº 001/2026. Processo nº 2214/SEMAS/2026. Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de sistema digital de Gestão da Assistência Social, em ambiente web e mobile, destinado ao acompanhamento permanente da gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no Município de Primavera de Rondônia/RO. SAGROU – SE VENCEDORA A EMPRESA: J C POMPEU SOFTWARES - Inscrita no CNPJ: 32.628.285/0001-04 - Com o Valor Global de R\$ 25.350,00 (vinte e cinco mil trezentos e cinquenta reais).

Primavera de Rondônia/RO, em 6 de fevereiro de 2026.

LUCAS NUNES DA SILVA
Prefeito

**[DENGUE
TEM QUE
ACABAR!]**

**É HORA DE
TODO MUNDO
AGIR**



32 Anos

**LIGUE:
3311-3714**

**SÍTIO 24 HECTARES
ESPIGÃO D'OESTE/RO**

C/ benfeitorias, lote nº 17-B,
Gleba 10-B, Castro Alves, St.
Espigão D'Oeste, do Projeto
Fundiaro Corumbári.

**LANCE INICIAL
R\$ 700.000,00**

POSSIBILIDADE DE PARCELAMENTO

deonizialeiloes.com.br
0800 500 9934

**UM MOSQUITO NÃO É MAIS FORTE
QUE UM PAÍS INTEIRO.**


#ZIKAZERO
**ATENÇÃO! TUDO QUE ACUMULE
ÁGUA É FOCO DE MOSQUITO.**

**ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE VILHENA
AVISO DE RETIFICAÇÃO**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026/PMV/MISTO

A Prefeitura de Vilhena, por meio da CL (Decreto nº 66.018/2025), Processo nº 21903/2025/SEMAD, torna público para ciência dos interessados que houve a alteração de data no Edital de Licitação em epígrafe. Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios pouco perecíveis, materiais de copa e cozinha e produtos de limpeza, destinados ao atendimento das unidades administrativas da Prefeitura Municipal de Vilhena/RO, com fornecimento parcelado, pelo período de 12 (doze) meses, conforme condições quantitadas e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos. Onde se lê: "Abertura da Sala de Disputa: 23/02/2026", "Início da Fase competitiva: dia 23/02/2026", PREGOEIRO BRUNO GABRIEL PAZINI SALA. Leia-se: "Abertura da Sala de Disputa: 02/03/2026", "Início da Fase competitiva: dia 02/03/2026", PREGOEIRO ANTONIO APARECIDO DUARTE. O edital e todos os elementos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura de Vilhena (<https://transparencia.vilhena.ro.gov.br/portaltransparencia/licitacoes>) e (www.litanet.com.br). Vilhena-RO, 06/02/2026.

ANTONIO APARECIDO DUARTE- Pregoeiro Oficial



ACRECID/BANCO DO POVO
MICROCREDITO - UM GERADOR DE OPORTUNIDADES



**EDITAL DE CONVOCAÇÃO
CONSELHO FISCAL**

O Diretor Presidente da Associação de Crédito Cidadão de Rondônia – ACRECID/BANCO DO POVO, no uso de suas atribuições previstas no art. 23, inciso II, e em consonância com os arts. 40 e 41 do Estatuto Social vigente, CONVOCA, através do presente Edital, os senhores membros efetivos do Conselho Fiscal, com a finalidade de examinar, discutir e deliberar sobre a Prestação de Contas Anual do Exercício Findo em 2025, compreendendo:

- Relatório Anual de Execução de Atividades;
- Demonstração de Resultados do Exercício;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Social;
- Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis;
- Parecer e Relatório de Auditoria Independente.

A data prevista para a referida reunião fica agendada para o dia **19 de fevereiro de 2026 (quinta-feira), às 10:00h**, na sede da ACRECID/BANCO DO POVO, sito à Rua João Goulart, nº 2182, Bairro São Cristóvão, na Cidade de Porto Velho – RO.

Porto Velho – RO, 06 de fevereiro de 2026.

MANOEL CIPRIANO DO NASCIMENTO
Diretor Presidente
ACRECID

Rua João Goulart, nº 2182 – São Cristóvão – Porto Velho
Fones: (69) 3026 1037 / (69) 3026 4591
bancodopovodenerondonia@yahoo.com.br



**Estado de Rondônia
MUNICÍPIO DE NOVA UNIÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE
ADITIVO DE PRAZO DE VIGÊNCIA**

CONTRATO Nº: 70/2025

PROCESSO Nº: 1188/2025

CELEBRAÇÃO: 02/02/2026

PARTES: Município de Nova União-RO, por intermédio do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob nº 08.987.945/0001-50 e a empresa J A MEDSOLUTION LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 58.435.673/0001-54.

INTERVENIENTE: Secretaria Municipal de Saúde - SEMSAU.

OBJETO: A Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços médicos no Hospital Municipal Expedido Gonçalves Ferreira.

DO PRAZO DE VIGÊNCIA: Por 06 (seis) meses com início em 07 de fevereiro de 2026.

DO VALOR: R\$ 74.520,00 (setenta e quatro mil e quinhentos e vinte reais). Sendo empenhando inicialmente o valor de R\$ 13.800,00 (treze mil e oitocentos reais). Nota de Empenho Ordinário Nº 190/2026 de 04/02/2026.

Nova União, 05 de fevereiro de 2026

João José de Oliveira
Prefeito

**PAIVA & MONTIBELLER COMERCIO DE
EXTINTORES LTDA**

A Empresa PAIVA & MONTIBELLER COMERCIO DE EXTINTORES LTDA (PAIVA EXTINTORES) com CNPJ 27.580.655/0001-32, torna público à Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Pimenta Bueno SEMMA, em 06/02/2026, O PEDIDO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO (152509), para a atividade de Serviços de Comércio e Manutenção de Extintores; Serviços de Carga e Recarga de Extintores de Incêndio, localizada na Av. Marechal Rondon, nº 1915, Bairro Apedia, município de Pimenta Bueno - RO.

CAMILA PEREIRA ANDRADE
Engenheira Ambiental
CREA 11654 D-RO

Carnaval 2026: Ecoturismo em Porto Velho abre portas para novos negócios com apoio do Sebrae



Quando se fala em Carnaval, a imagem costuma ser imediata: blocos, música alta e multidões. Mas em Porto Velho, além da festa e da programação cultural, o feriado também se consolida como uma oportunidade para o ecoturismo, atraindo visitantes interessados em experiências sustentáveis e no contato direto com a natureza amazônica.

Esse movimento acompanha o crescimento do setor turístico em todo o país. Em 2025, o Brasil registrou cerca de 1,9 milhão de admissões formais no turismo, segundo dados do Novo Caged analisados pelo Ministério do Turismo, reforçando o setor como um importante gerador de emprego e renda.

A gestora de turismo do Sebrae em Rondônia, Evelin Peixoto, destaca que datas como o Carnaval são estratégicas para impulsionar o empreendedorismo local. "Os empreendedores da nossa região têm a oportunidade de aproveitar os grandes feriados para valorizar o que temos de mais belo: a nossa história e os nossos atrativos naturais, promovendo esses potenciais e gerando renda

por meio da economia criativa", afirma.

Na capital rondoniense, um dos segmentos que mais se destaca é a observação de aves, atividade que vem atraindo turistas do Brasil e do exterior.

"O ecoturismo, especialmente a observação de aves, tem se destacado como uma das principais opções turísticas em Porto Velho. A cidade é considerada um dos maiores destinos do país para

essa prática e conta com mais de 700 espécies registradas", afirma o biólogo e guia Raul Pommer, da Amazon Birdwatching.

Carnaval também é porta de entrada para conhecer a Amazônia

Para além das festas tradicionais, o feriado prolongado se tornou uma janela estratégica para quem busca viver experiências diferentes durante o Carnaval.

"O Carnaval, para além

das festas, é um período em que muitos turistas aproveitam o feriado para viajar. Muitos observadores de aves buscam roteiros como Porto Velho para conhecer a Amazônia e encontrar espécies raras e endêmicas da região", destaca Raul.

Espécies como a choca-de-garganta-preta, o canção-da-campina e o chorozinho-esperado estão entre as mais procuradas por visitantes especializados.

Turismo sustentável impulsiona pequenos negócios

O aumento no fluxo de turistas também abre espaço para empreendedores locais, mesmo para aqueles que não atuam diretamente como guias ou agências. Serviços de alimentação, hospedagem, transporte e produtos regionais podem se beneficiar da demanda crescente durante o período.

Além disso, iniciativas ligadas à biodiversidade amazônica ganham destaque e fortalecem o turismo de experiência, que depende diretamente da preservação ambiental. Sem áreas naturais protegidas, a diversidade de espécies e os atrativos que movimentam esse seg-

mento podem ser comprometidos.

Oportunidade para empreender no Carnaval

Raul destaca que datas sazonais como o Carnaval podem ser estratégicas para quem deseja inovar e crescer.

"O feriado de Carnaval é uma oportunidade para os empreendedores testarem novas estratégias, se aproximarem dos clientes e oferecerem o que o público procura. Quem se organiza consegue aproveitar essas datas para crescer", conclui.

O Sebrae em Rondônia atua como parceiro dos pequenos negócios do turismo, oferecendo orientações, capacitações e soluções para fortalecer empreendimentos ligados ao ecoturismo e ao turismo de experiência no estado.

Mais informações sobre as ações do Sebrae em Rondônia podem ser encontradas no site www.sebrae.ro ou pelo telefone gratuito 0800 570 0800. Também é possível acessar a loja virtual em sebrae.ro/loja e acompanhar as novidades pelas redes sociais: Instagram, TikTok, Facebook, LinkedIn e YouTube (@sebraero).





Primeira vistoria de 2026 no transporte escolar estadual é realizada pelo governo de RO

Para garantir a segurança no transporte escolar, o governo de Rondônia realiza vistoria nos ônibus escolares para o 1º semestre de 2026. A iniciativa, executada pelo Departamento Estadual de Trânsito (Detran-RO) em todo estado, segue até 15 de fevereiro, nas Circunscrições Regionais de Trânsito (Ciretrans) e Postos Avançados, em conformidade com os artigos 136 a 139 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB).

A inspeção do transporte escolar ocorre para verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança, e é realizada

semestralmente, exclusivamente nos veículos informados previamente pela Secretaria de Estado da Educação (Seduc) ou Coordenadorias Regionais de Educação e Prefeituras.

Para o governador de Rondônia, Marcos Rocha, a vistoria do transporte escolar é fundamental para a garantia da segurança, legalidade e qualidade no deslocamento dos alunos.

SEGURANÇA DOS ESTUDANTES

De acordo com a diretora Técnica de Veículos (DTV), Joicilene Saraiva de Lima, a vistoria avalia as condições mecânicas

e estruturais do veículo, como: freios, pneus, suspensão, sistemas elétricos, cintos de segurança, portas, janelas e travas, que devem funcionar corretamente. “Isso reduz significativamente o risco de sinistros durante o transporte”, explicou.

Também são avaliados aspectos relacionados ao motorista, como a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) adequada e curso específico para transporte escolar.

PERÍODOS DE INSPEÇÃO

A Resolução nº 09 de 2016 do Conselho Diretor do Detran-RO define os

períodos de 15 de dezembro a 15 de fevereiro; e 15 de junho a 15 de agosto, para a realização das inspeções para obtenção da “Autorização de Transporte Escolar”, conforme o Código de Trânsito Brasileiro.

O Ministério Público do Estado de Rondônia (MPRO) acompanha as ações de vistoria realizadas pelo Detran-RO e por meio do projeto “MP Itinerante” leva orientações aos profissionais da

educação, pais e comunidade sobre a importância da fiscalização, evitando transportes clandestinos e inseguros. Pais ou res-

ponsáveis podem verificar a situação do transporte escolar por meio da Central de Serviços do Detran-RO.

O diretor-geral do Detran-RO, Sandro Rocha, salientou que a vistoria atua de forma preventiva. “A vistoria de veículos escolares é importante para garantir a segurança de crianças e adolescentes, sendo além de uma exigência, uma medida essencial de proteção à vida.”

Texto: Jarlana Davy

**Fotos: Esio Mendes e Daiane Mendonça
Secom - Governo de Rondônia**

AMATUR

Compre sua passagem on-line
www.amatur.com.br



+ de 20 destinos
pela Amazônia

**Viaje mais,
viaje de Amatur!**